

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores da
Janaúba II Geração de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Janaúba II Geração de Energia S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Janaúba II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve a existência de volumes relevantes de saldos e transações com partes relacionadas. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.055	1.621	3.055	1.621
Títulos e valores mobiliários	5	6.000	17.645	-	-
Partes relacionadas	6	4.681	4.869	4.681	4.869
Impostos a recuperar		329	53	329	53
Despesas antecipadas	7	1.686	1.252	1.686	1.252
Outros ativos		1.079	76	1.079	76
Total do ativo circulante		16.830	25.516	10.830	7.871
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	30.026	19.138	9.450	12.085
Despesas antecipadas	7	1.762	3.604	1.762	3.604
Imobilizado	8	139.956	168.535	139.956	168.535
Direito de uso de ativo	9	5.507	5.532	5.507	5.532
Intangível	10	9.733	8.190	9.733	8.190
Total do ativo não circulante		186.984	204.999	166.408	197.946
TOTAL DO ATIVO		203.814	230.515	177.238	205.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		69	435	69	435
Empréstimos e financiamentos	11	28.046	26.086	28.060	26.086
Partes relacionadas	6	27.591	32.616	27.591	32.616
Passivo de arrendamento	9	1.345	1.401	1.345	1.401
Obrigações tributárias		321	894	321	894
Total do passivo circulante		57.372	61.432	57.386	61.432
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	137.468	141.264	110.878	116.566
Partes relacionadas	6	332	13.833	332	13.833
Passivo de arrendamento	9	5.585	5.320	5.585	5.320
Total do passivo não circulante		143.385	160.417	116.795	135.719
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12	825	9.425	825	9.425
Reserva legal		146	-	146	-
Dividendos adicionais propostos		2.086	-	2.086	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(759)	-	(759)
Total do patrimônio líquido		3.057	8.666	3.057	8.666
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		203.814	230.515	177.238	205.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba II Geração de Energia S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)



Controladora e Consolidado			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	13	36.876	36.939
Custo dos serviços prestados	14	(7.116)	(5.754)
Lucro bruto		29.760	31.185
Despesas operacionais			
Outras despesas (CPC 47)	14	(1.396)	(1.533)
Despesas gerais e administrativas	14	(517)	(872)
		(1.913)	(2.405)
Lucro antes do resultado financeiro		27.847	28.780
Receitas financeiras	15	5.197	6.357
Despesas financeiras	15	(29.358)	(28.031)
Resultado financeiro líquido		(24.161)	(21.674)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.686	7.106
Imposto de renda e contribuição social	16	-	(4.174)
Lucro do exercício		3.686	2.932
Lucro por ação das operações em continuidade - básico e diluído		0,43	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba II Geração de Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



Controladora e Consolidado

	2025	2024
Lucro do exercício	3.686	2.932
Resultado abrangente do exercício	<u>3.686</u>	<u>2.932</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba II Geração de Energia S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.425	-	-	(3.691)	-	5.734
Lucro do exercício	-	-	-	2.932	-	2.932
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.425	-	-	(759)	-	8.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	408	-	-	-	408
Redução de capital por cisão parcial	(8.600)	(408)	-	-	-	(9.008)
Lucro do exercício	-	-	-	3.686	-	3.686
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	-	-	146	(146)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(695)	-	(695)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(2.086)	2.086	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	825	-	146	-	2.086	3.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba II Geração de Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



	Controladora e Consolidado		
	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		3.686	2.932
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	8, 9 e 10	7.881	7.167
Baixa do ativo imobilizado e intangível	8 e 10	245	1.155
Remuneração títulos e valores mobiliários	5	757	4.801
Juros sobre empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento	6, 9 e 11	29.309	28.371
Outras variações em ativos e passivos operacionais		-	133
		<u>41.878</u>	<u>44.559</u>
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Impostos a recuperar		(276)	(53)
Despesas antecipadas	7	12	10
Outros ativos		(26)	40
Fornecedores		(1.061)	(13.013)
Obrigações tributárias		29	3.836
Partes relacionadas - líquido	6	(693)	23.388
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>39.863</u>	<u>58.767</u>
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos	6, 9 e 11	(15.424)	(28.115)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(602)	(4.048)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.837</u>	<u>26.604</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	8 e 10	(19.892)	(25.832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(19.892)</u>	<u>(25.832)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		408	-
Cisão parcial		9.008	-
Captação de mútuo com partes relacionadas	6	5.512	9.118
Pagamentos/baixas de mútuo com partes relacionadas	6	-	(10.122)
Captação de empréstimos e financiamentos	11	-	1.763
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	(17.422)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	9	(17)	(11)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(2.511)</u>	<u>748</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.434</u>	<u>1.520</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.621	101
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.055	1.621
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.434</u>	<u>1.520</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. ("Empresa" ou "Companhia"), constituída em 28 de março de 2018 como sociedade limitada, foi transformada em Sociedade Anônima de capital fechado em 19 de janeiro de 2021. A Companhia possui como acionistas a EBES Sistemas de Energia S.A. ("EBES" ou "Grupo Ebes"), sua controladora, detentora de 99,99% das ações ordinárias, e a Finco Participações Ltda., acionista minoritário. A Companhia tem sua sede instalada na Estrada Municipal Furado de Capim, S/N, área rural de Janaúba, município de Janaúba - MG, CEP 39.448-899.

A Companhia consolida em suas demonstrações financeiras o fundo de investimento Green FIDC Solar GD II – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar.

A Companhia atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Companhia aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para Consórcios e/ou Cooperativas, compostos por pessoas físicas e jurídicas, consumidores de energia. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às Empresas distribuidoras de energia, através de desconto em suas contas de energia. Desta forma, a receita auferida pela Companhia provém dos alugueis pagos pelos consórcios e cooperativas, provenientes da locação das UFVs.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 34 MWp(*) (37,4 MWp em 2024), conectados e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais.

MWp Operando (*)

	2025	2024
Araçuaí	3,4	3,4
Araxá	5,6	5,6
Bom despacho	3,4	3,4
Coromandel	3,4	3,4
Janaúba	6,6	6,6
Januária	1,4	1,4
Papagaios(i)	3,4	6,8
São Gotardo	3,4	3,4
Uberlândia	3,4	3,4
	34,0	37,4

(i) Redução da capacidade instalada devido cisões ocorridas no ano, conforme descrito na Nota Explicativa 1.1.

Em 2024, duas fazendas estavam em fase pré-operacional (conexão e construção) com capacidade estimada de 6,8 MWp. Em 2025 as fazendas pré-operacionais foram transferidas para outras empresas do grupo, conforme descrito em nota explicativa 1.1 e, portanto, não haviam fazendas em fase pré-operacional ao final do exercício.

(*) Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. MWac é a potência nominal e MWp a potência pico de placas. Informação não auditada.

1.1 Reorganização Societária

Como parte do processo de reestruturação societária do Grupo Ebes, a Empresa realizou, durante o exercício de 2025, uma operação de cisão parcial, mediante a transferência de parcela de seu patrimônio para outra sociedade do Grupo Ebes.

Em 29 de novembro de 2025, a Empresa realizou cisões parciais de parcelas de seu patrimônio, no contexto de reorganização societária, com incorporação dos respectivos acervos pela Três Corações MG 1338 Locação de Equipamentos 624 Ltda. (Entidade integrante do escopo de consolidação da SPE Melgaço), pela Araxá MG 273 Locação de Equipamentos 446 Ltda (Entidade integrante do escopo de consolidação da SPE Villa Lobos) e pela Araguari MG 1381 Locação de Equipamentos 625 Ltda. (Entidade integrante do escopo de consolidação da SPE Melgaço).

As cisões realizadas tiveram como base o acervo líquido contábil das parcelas cindidas, apurado com fundamento nos valores contábeis constantes dos laudos de avaliação patrimonial elaborados por avaliadores independentes, conforme demonstrado a seguir.

Ressalta-se que o valor do acervo líquido cindido e transferido resultou em uma transação entre partes relacionadas no valor de R\$ 9.008, o saldo foi integralmente recebido dentro do exercício de 2025.

	2025
	Acervo líquido cindido
	Total
Ativo	
Imobilizado	37.399
Intangível	2.303
Não Circulante	39.702
Total do ativo	39.702
Passivo	
Partes relacionadas	13.152
Circulante	13.152
Partes relacionadas	17.542
Não Circulante	17.542
Total do passivo	30.694
Total do acervo líquido cindido	9.008

1.2 Situação Financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo na controladora de R\$ 40.542 e negativo de R\$ 46.542 no consolidado (R\$ 35.916 negativo na controladora e no consolidado R\$ 53.561 negativo em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido positivo, na controladora e consolidado de R\$ 3.057, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.666 de patrimônio líquido positivo em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, em 2025, a Companhia não apresenta saldo de prejuízos acumulados, tendo em vista que o resultado do exercício foi integralmente destinado à constituição de reservas e à proposta de distribuição de dividendos (prejuízos acumulados de R\$ 759 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi de R\$ 23.837 positivo (R\$ 26.604 positivo em 31 de dezembro de 2024).

Esse cenário é reflexo, principalmente, a fase anterior de expansão da Companhia, marcada por investimentos relevantes na construção das fazendas solares. Atualmente, todos os projetos já se encontram em operação, com a totalidade dos ativos gerando receita.

Com isso, houve evolução relevante no resultado operacional ao longo de 2025, refletida, inclusive, na reversão dos prejuízos acumulados em lucros acumulados e na geração positiva de caixa operacional. Dessa forma, a Companhia não se encontra mais em situação de prejuízo operacional, passando a apresentar resultados compatíveis com seu estágio atual de operação.

Ainda, salientamos que as despesas financeiras somam R\$ 29.358 em 31 de dezembro de 2025, na controladora e no consolidado (R\$ 28.031 em 31 de dezembro de 2024) e estão diretamente relacionadas aos instrumentos de dívidas captados pela Companhia para financiar a construção das fazendas solares e garantir a expansão da capacidade de geração de energia compartilhada.

Com as fazendas já conectadas e com capacidade instalada de 34 MWp, a Companhia deve manter a geração de receitas recorrentes, com tendência de melhoria gradual do resultado operacional, à medida que ocorre a estabilização e otimização da operação dos ativos, bem como a captura de eficiências operacionais. Dessa forma, espera-se a manutenção do equilíbrio operacional e da situação financeira apresentada. O planejamento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo em fontes de energia renováveis, expandido seus negócios e tendo como missão massificar o consumo de energia renovável no Brasil.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Diretoria em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara rotineiramente no decorrer de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, que detalham os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Estes planos são acompanhados durante o exercício pela Diretoria da Companhia, podendo sofrer alterações.

2 **BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

2.1 **Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”).

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada Controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 28 de abril de 2026.

2.2 **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3 **Moeda funcional e de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 **Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e do fundo de investimento Green FIDC Solar GD II – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar

(Nota 11), conforme detalhadas a seguir, em 31 de dezembro de 2025, especificamente, para o balanço patrimonial consolidado.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios:

- Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as companhias consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas companhias consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da companhia investida;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A Companhia possui passivos financeiros correspondentes as cotas seniores e mezanino do Green FIDC Solar GD II – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar (FIDC), Nota 11.

O Fundo FIDC é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados e a Companhia detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$ 36.026 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36.783 em 31 de dezembro de 2024), que representam 21,50% do total do patrimônio total do FIDC, Nota 5. Em 2024 as cotas subordinadas foram eliminadas no consolidado, constando a posição de investimento do Fundo FIDC no valor de R\$ 12.085.

Conforme CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, a Companhia que é investidora da cota subordinada júnior, é a mais impactada aos retornos variáveis (ganhos e perdas), tem habilidade de utilizar o poder para afetar os retornos variáveis, e por isso consolida o respectivo fundo de investimento em suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, salvo disposição em contrário.

2.5.1 Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo.

Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais / menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas” ou “Custos” respectivamente, no período em que ocorrem.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários e partes relacionadas.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e partes relacionadas.

A Companhia não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A "provisão para perdas de crédito esperada", é constituída em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações, os títulos vencidos há mais de 60 dias, e a base de experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Partes relacionadas

Incluem os faturamentos de locação das UFVs para os consórcios e cooperativas registrado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como partes relacionadas, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo, são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, pelo fato de o partes relacionadas ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, dentre outros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pela Companhia, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

Seguindo as premissas do CPC 08 (R1) / IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e aqueles com prazos superiores, no não circulante.

2.5.2 Arrendamentos

A Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Direito de uso de ativos

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamento considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, em razão dos ativos destinados a operação terem a possibilidade de serem substituídos por atualização de futuras tecnologias afetando diretamente a condução dos negócios, e alterando a forma no qual são operados.
- (iv) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.

(v) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.

(vi) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

(vii) A taxa de desconto utilizada é de 14,13% a.a. a 16,40% a.a. em 2025 e 2024, respectivamente, alterando de acordo com a vigência de cada contrato de arrendamento, calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 31/01/2025 o spread de crédito incidente sobre a emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), para o período de 25 a 30 anos;

(viii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.

(ix) Além de taxa livre de risco, foi considerado o risco de crédito da Companhia.

(x) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia como arrendadora

A Companhia que é detentora das UFVs, atua como arrendadora, locando essas UFVs para os consórcios e cooperativas, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.5.3 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados, quando elegíveis, até a finalização da construção dos ativos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação dos ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, ou durante a vigência dos contratos de locação de direito de uso das superfícies onde as usinas fotovoltaicas estão construídas, dos dois o menor. Referidos contratos de locação possuem uma vigência de 25 a 30 anos, e a vida útil estimada dos equipamentos é como segue:

	Vida útil (anos)	
	2025	2024
Máquinas e equipamentos solar	25-30	25-30
Moveis e Utensílios	10	10

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor contábil de um ativo imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5.6). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.5.4 Despesas antecipadas

A Companhia capitalizou os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente como despesa antecipada, tendo em vista que gerarão benefícios econômicos futuros.

Os valores capitalizados compreendem os gastos com comissão, conforme o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes.

2.5.5 Intangível

A Controladora Ebes Sistemas de Energia S.A. incorre em custos para a adequação de redes em subestações, realizadas em nome das distribuidoras, com o objetivo de viabilizar a conexão e operação das fazendas solares. Parte desses custos é ressarcida pelas distribuidoras, enquanto os valores não ressarcidos são repassados pela Controladora para a Companhia e reconhecidos como ativos intangíveis.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, que inclui os valores diretamente atribuíveis para prepará-los para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Considerando que o ativo intangível está diretamente relacionado ao imobilizado das fazendas solares, sua amortização é calculada pelo método linear, utilizando o mesmo período de vida útil adotado para a depreciação das fazendas solares.

Esse tratamento está alinhado ao item 2.5.3 das políticas contábeis da Companhia e reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos gerados pelo ativo.

	Vida útil (anos)
Conexão Fazenda Solar	25-30

2.5.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

Em linha com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, com vida útil determinada, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Isto posto, a cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O valor recuperável de cada uma das UFVs, que é a unidade geradora de caixa, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pelo conselho de administração, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica durante um período de vinte e cinco anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de IPCA + 10,37% em 2025 e 2024. A taxa de crescimento considerado para as despesas e receitas foi o IPCA. As projeções consideram a inflação projetada dos contratos de locação, sem taxa de crescimento real. Foi concluído que o valor justo líquido das despesas não excedeu o valor em uso.

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2025, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução / aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.5.7 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação

Receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento de 25 a 30 anos.

2.5.8 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias.

Em 2025, a Empresa passou a adotar o regime de tributação com base no lucro real, com apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

Em 2024, a Empresa estava enquadrada no regime de lucro presumido, aplicando-se o percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta para fins de determinação da base tributável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

2.5.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possuir uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.10 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.5.11 Adoção de normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não geraram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

- Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade;

- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

A Administração avaliou os pronunciamentos específicos alterados com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que sua adoção não resultou em efeitos relevantes sobre os critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação ou divulgação aplicáveis às demonstrações financeiras da Companhia.

A Empresa não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes: Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7;

- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

A Empresa encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes da adoção das normas contábeis descritas acima.

3 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- Vida útil do ativo imobilizado: Nota 2.5.3.
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.5.6.
- Provisão para riscos: Nota 17.
- Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.5.2.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Bancos conta movimento	30	-
Aplicações financeiras (*)	3.025	1.621
	3.055	1.621

(*) As aplicações financeiras possuem liquidez diária, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remuneradas a taxas de até 96,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025. (85% Em 31 de dezembro de 2024).

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cotas subordinadas - FIDC	36.026	36.783	-	-
Outras cotas de investimento e títulos públicos	-	-	9.450	12.085
	36.026	36.783	9.450	12.085

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	6.000	17.645	-	-
Não circulante	30.026	19.138	9.450	12.085
	36.026	36.783	9.450	12.085

Em 2022, foi celebrado Instrumento para desconto de recebíveis através de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar (FIDC), conforme Nota 11. O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a Companhia detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$ 36.026 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36.783 em 31 de dezembro de 2024).

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



O fundo por sua vez investe em cotas do fundo ICVM 409 e títulos públicos federais.

<u>Movimentação em 2025 – Controladora</u>	2024	Investimentos	Variação da cota júnior	2025
Green FIDC Solar GD	36.783	-	(757)	36.026
	36.783	-	(757)	36.026
<u>Movimentação em 2025 – Consolidado</u>	2024	Investimentos	Variação da cota	2025
Green FIDC Solar GD	12.085	-	(2.635)	9.450
	12.085	-	(2.635)	9.450
<u>Movimentação em 2024 – Controladora</u>	2023	Investimentos	Variação da cota júnior	2024
Green FIDC Solar GD	41.584	-	(4.801)	36.783
	41.584	-	(4.801)	36.783
<u>Movimentação em 2024 – Consolidado</u>	2023	Investimentos	Variação da cota	2024
Green FIDC Solar GD	16.141	(5.177)	1.121	12.085
	16.141	(5.177)	1.121	12.085

(i) As cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelas instituições financeiras custodiantes dos Fundos nos quais os recursos são aplicados. Na hipótese de não divulgação das cotas, são utilizadas as cotas do dia imediatamente anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Fundo reconheceu o montante de R\$ 1.304 como rendimento de cotas de fundos de investimento (R\$ 1.893 em 2024) e R\$ 182 como resultado de títulos públicos federais (R\$ 100 em 2024).

6 PARTES RELACIONADAS

a) Saldos

ATIVO	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Cientes intercompany		
Consórcio Tropeiros (*)	452	996
Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD) (*)	3.214	2.857
Monte Carmelo Geração de Energia 44LT (**)	18	18
Six Energy Desenvolvimento de Negócios LTDA (***)	997	998
	4.681	4.869

(*) O saldo de duplicatas a receber com o Consórcio Tropeiros e com a Cooperativa Órigo Geração Distribuída, refere-se aos valores a receber proveniente da receita de locação dos ativos de micro e minigeração de energia. A Administração entende que não há expectativa de inadimplência relevante, considerando a natureza das contrapartes, o histórico de liquidação e a capacidade financeira do grupo. Os saldos são acompanhados continuamente no âmbito do grupo econômico e estão sujeitos aos termos e condições acordados entre as partes.

(**) O saldo de duplicatas a receber com clientes intercompany, refere-se a venda de imobilizado, realizado a valor de custo sem ganho de capital.

(***) O saldo refere-se a valores de conexão faturados indevidamente para a Companhia Janaúba II, posteriormente repassados à Companhia Six Energy, não sendo, portanto, reconhecidos como receita da Companhia. Após a finalização do processo de ressarcimento junto às distribuidoras, eventuais valores residuais não reembolsados serão transferidos para a respectiva empresa do grupo na qual o projeto da fazenda solar está alocado.

Passivo	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores intercompany		
Ebes Sistemas de Energia S.A (*)	16.489	22.209
Dividendos a pagar (**)	695	-
Francisco Sá II Geracao de Energia Solar Ltda (***)	3.859	3.859
Frutal Geração de Energia 27 Ltda (***)	6.548	6.548
Mútuo (****)	332	13.833
	27.923	46.449
Circulante	27.591	32.616
Não circulante	332	13.833
	27.923	46.449

(*) O saldo de fornecedores e as transações de compras correspondem a aquisição dos principais componentes utilizados na

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



construção das usinas fotovoltaicas (módulos / inversores) entre a Empresa e sua controladora, sem margem, tendo em vista que somente a controladora possui registros para importação dos equipamentos.

(**) Dividendos mínimos obrigatórios a pagar a Ebes Sistemas de Energia S.A., referente ao resultado do exercício de 2025.

(***) O saldo refere-se à venda de imobilizado realizada entre partes relacionadas, envolvendo componentes de painéis solares. Referidas transações foram efetuadas por valores contábeis e não resultaram no reconhecimento de ganhos ou perdas no resultado da Empresa.

(****) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldos de mútuo em aberto com a controladora Ebes Sistemas de Energia S.A., sem vencimento definido e taxa de juros de 1% a.m, sujeito a liquidação prévia ou repactuação das condições formalizadas.

	Movimentação do mútuo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.858
Captações	9.118
Juros incorridos	1.979
Pagamentos de juros e principal	(10.122)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.833
Captações	5.512
Baixa por cisão	(17.542)
Juros incorridos	2.108
Pagamentos de principal	(3.482)
Pagamentos de juros	(97)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	332

a) Transações

Durante o exercício a entidade realizou as seguintes transações comerciais com partes relacionadas:

	2025			2024		
	Aquisição de produtos	Receita de locação	Juros sobre mútuo	Aquisição de produtos	Receita de locação	Juros sobre mútuo
Ebes Sistemas de Energia S.A.	4.896	-	2.108	12.012	-	1.979
Consórcio Mangabeiras	-	1.290	-	-	-	-
Consórcio Tropeiros	-	7.318	-	-	7.405	-
Cooperativa Origo Geração Distribuída (COGD)	-	28.268	-	-	29.534	-

b) Remuneração da Diretoria

A remuneração da Administração inclui benefícios de curto prazo, tais como salários, os encargos sociais e bônus. A remuneração da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é paga diretamente pela controladora da Companhia.

7 DESPESAS ANTECIPADAS

A composição de outros créditos, é conforme segue abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Comissão (CPC 47)	3.109	4.505
Garantias a apropriar	325	342
Premios de seguros	14	9
	3.448	4.856
Circulante	1.686	1.252
Não circulante	1.762	3.604
	3.448	4.856

	Comissão (CPC47) (a)	Prêmios de seguro	Garantias a apropriar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.039	-	361	6.400
Adições	-	9	1	10
Baixas	-	-	(20)	(20)
Amortizações	(1.534)	-	-	(1.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.505	9	342	4.856
Adições	-	628	7	635
Baixas	-	(587)	-	(587)
Amortizações	(1.396)	(36)	(24)	(1.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.109	14	325	3.448

(a) Referem-se a gastos de comissões incorridos conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, originalmente capitalizados na controladora no processo de aquisição de clientes finais e que são alocados na Companhia uma vez que

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



a mesma é a detentora do benefício econômico da receita e aluguel.

8 IMOBILIZADO

a) Saldos

	Controladora e Consolidado						
	Taxa média anual de depreciação %	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	8	(1)	7	2	-	2
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar (i)	4 e 10	156.572	(16.623)	139.949	167.485	(11.168)	156.317
Usina em Construção – Fazenda Solar (ii)		-	-	-	12.216	-	12.216
		156.580	(16.624)	139.956	179.703	(11.168)	168.535

(i) Refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Empresa que são locados aos consórcios de geração de energia. O prazo de depreciação das UFVs é analisado levando-se em consideração o prazo da escritura de direito de superfície da terra, onde está instalada a UFV, e o laudo técnico de vida útil dos equipamentos. Dos dois prazos é considerado o menor.

(ii) Refere-se a adiantamentos para as fazendas solares, cujos projetos foram posteriormente cindidos para outras empresas do grupo. Destaca-se que, mesmo após a cisão, o faturamento relacionado a tais adiantamentos ocorre, inicialmente, na empresa que realizou o desembolso original. Dessa forma, determinados valores podem ser temporariamente reconhecidos em entidade diversa da detentora do projeto, sendo posteriormente regularizados por meio de repasses entre as empresas do grupo, de forma a refletir a adequada alocação dos custos aos respectivos projetos.

b) Movimentação

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 na Controladora e Consolidado é demonstrada a seguir:

	Móveis e utensílios	Fazenda Solar - Locadas	Construções em andamento - Usina Solar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2	116.047	26.766	142.815
Adições	-	585	28.614	29.199
Adições por juros capitalizados	-	-	1.682	1.682
Transferências	-	44.705	(44.705)	-
Baixas	-	(17)	(141)	(158)
Depreciações	-	(5.003)	-	(5.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2	156.317	12.216	168.535
Adições	6	-	14.827	14.833
Transferências	-	1.107	(1.107)	-
Baixas	-	-	(192)	(192)
Baixas por cisão (*)	-	(11.655)	(25.744)	(37.399)
Depreciações	(1)	(5.820)	-	(5.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7	139.949	-	139.956

(*) Baixa por cisão conforme descrito em nota explicativa 1.1.

Em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados R\$ 1.682 de juros aos ativos em construção, em 2025 não houve capitalização de juros. A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização em 31 de dezembro de 2024 foi de 6%.

A totalidade das fazendas solares locadas da Companhia foi dada em garantia de empréstimos e financiamentos.

Apesar do cenário da situação financeira da Companhia descritos na Nota 1, a Administração concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia em 2025 e 2024.

9 DIREITO DE USO DE ATIVO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Direito de uso

	Controladora e Consolidado
	Terrenos
Saldo 31 de dezembro 2023	5.577
Depreciação (-)	(212)
Atualizações	167
Saldo 31 de dezembro de 2024	5.532
Depreciação (-)	(270)
Atualizações	245
Saldo 31 de dezembro de 2025	5.507

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



b) Passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado
	Arrendamento (IFRS16)
Saldo 31 de dezembro 2023	6.432
Atualizações	300
Pagamentos principal (-)	(11)
Pagamentos juros (-)	(1.364)
Juros incorridos	1.364
Saldo 31 de dezembro de 2024	6.721
Atualizações	226
Pagamentos principal (-)	(17)
Pagamentos juros (-)	(1.282)
Juros incorridos	1.282
Saldo 31 de dezembro de 2025	6.930

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Circulante	1.345	1.401
Não circulante	5.585	5.320
	6.930	6.721

10 INTANGÍVEL

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Conexão Fazenda Solar	
Saldo 31 de dezembro 2023	-	
Adições	9.646	
Amortização (-)	(459)	
Baixas (-)	(997)	
Saldo 31 de dezembro de 2024	8.190	
Adições	4.312	
Baixa por cisão (-) (*)	(2.303)	
Baixas (-)	(72)	
Amortização (-)	(394)	
Saldo 31 de dezembro de 2025	9.733	

(*) Baixa por cisão conforme descrito em nota explicativa 1.1.

A Companhia incorre em gastos com a adequação de redes e subestações de responsabilidade das distribuidoras de energia para viabilizar a conexão das fazendas solares, os quais, em sua maioria, são ressarcidos pelas distribuidoras no prazo regulatório de até seis meses após a conclusão das obras, estando os contratos sujeitos à incidência de multa e juros em caso de descumprimento. Parte desses dispêndios, entretanto, refere-se a valores para os quais não há expectativa de ressarcimento futuro e que representam benefícios econômicos futuros associados diretamente à viabilização da operação das fazendas solares; por essa razão, tais gastos são registrados no ativo intangível e amortizados ao longo da vida útil da fazenda.

11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Saldos

	Controladora	
	2025	2024
Green Fidec Solar GD (Fundo de investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar) – FIDC	165.658	167.508
Custos de transação a amortizar (FIDC)	(144)	(158)
	165.514	167.350
Circulante	28.046	26.086
Não circulante	137.468	141.264
	165.514	167.350

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



	Consolidado	
	2025	2024
Green Fidc Solar GD (Fundo de investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental – Energia Solar) – FIDC	165.658	167.508
Custos de transação a amortizar (FIDC)	(144)	(158)
Ajuste de consolidação (i)	(26.576)	(24.698)
	138.938	142.652
Circulante	28.060	26.086
Não circulante	110.878	116.566
	138.938	142.652

(i) Refere-se ao efeito líquido da eliminação no consolidado da cota subordinada que a Companhia detém a totalidade do fundo de investimento Green FIDC Solar GD II no valor de R\$ 36.026 (R\$36.783 em 31 de dezembro de 2024) e as cotas que o fundo de investimento detém no valor R\$ 9.450 (R\$ 12.085 em 31 de dezembro de 2024), vide Nota 5.

b) Movimentação

Controladora e Consolidado - 2025

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	31/12/2024	Captações	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2025	Circulante	Não circulante
FIDC	IPCA + 11% a.a. (base 252)	BRL	jan/35	167.508	-	26.149	(10.563)	(17.436)	165.658	28.060	137.598

Controladora e Consolidado - 2024

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	31/12/2023	Captações	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2024	Circulante	Não circulante
FIDC	IPCA + 11% a.a. (base 252)	BRL	jan/35	167.549	-	26.710	(26.751)	-	167.508	26.086	141.422

c) Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar FIDC)

Em maio de 2022, a Companhia celebrou Instrumento para desconto de recebíveis através do Green FIDC Solar II - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar (FIDC), constituído sob a forma de condomínio fechado, no montante total de R\$ 151.127 com prazo de duração de 12 (doze) anos, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Ressaltamos que o Instrumento não foi classificado como “true sales”, e, portanto, não houve baixa do saldo de contas a receber.

O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a Companhia detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$ 36.026 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36.783 em 31 de dezembro de 2024), e estão registradas como títulos e valores mobiliários, conforme Nota 5. Em caso de default nas operações de locação acima mencionadas, as primeiras perdas serão assumidas por ordem de índices de subordinação, sendo as primeiras perdas assumidas pelos cotistas subordinados. Não havendo default, a Companhia recebe os recursos aportados atualizados monetariamente conforme regulamento e documentos acessórios.

d) Cronograma de liquidação

O cronograma de pagamento das parcelas dos empréstimos e financiamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

Vencimento	
2027	17.022
2028	17.022
2029	17.022
2030	17.022
2031 - 2035	69.510
	137.598

e) Garantias

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos da companhia além de garantia de natureza fidejussória com a controladora EBES Sistemas de Energia, e foram contratados ou emitidos com taxas praticadas para o respectivo setor, normais de mercado considerando a modalidade, o valor, o prazo e a época da captação do recurso.

f) Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas (covenants) não financeiras, cujo descumprimento pode resultar, a critério dos respectivos credores, após notificação, no vencimento antecipado das dívidas em questão:

(i) Limitação de distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou similares, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias;

(ii) Redução de capital social, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados;

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Inadimplemento ou protesto de obrigações pecuniárias(*);

(iv) Reorganização societária, excetuada as hipóteses autorizadas(*);

(*). Observados valores, termos e condições descritos nos documentos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais nos referidos contratos.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 825 (R\$ 9.425 em 2024), representado em 825.495 ações e (9.425.636 ações em 2024), no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuído entre seus acionistas:

	2025		2024	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ebes Sistemas de Energia S.A.	825.494	100,00%	9.425.631	100,00%
Finco Assessoria Financeira Ltda.	1	0,00%	5	0,00%
	825.495	100,00%	9.425.636	100,00%

a) Cisão parcial

Em 29 de novembro de 2025, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a Cisão parcial do capital social da Companhia, no montante de R\$ 9.008. Desse total, R\$ 8.600 referem-se à redução do capital social, com a conseqüente versão para a sociedade cindida, e R\$ 408 referem-se à baixa de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), também transferido no âmbito da cisão.

Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 825, dividido em 825.495 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, e o saldo de AFAC foi integralmente baixado no período.

12.2 Reservas

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

b) Distribuição de dividendos

Em 2025 foram distribuídos R\$ 695, a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Foram ainda propostos dividendos adicionais no valor de R\$ 2.086, entretanto esses dividendos ainda deverão ser aprovados pelos acionistas em assembleia a ser realizada no ano de 2026.

13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Receita de locação	40.637	38.338
(-) Impostos sobre receitas	(3.761)	(1.399)
	36.876	36.939

14 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Matérias-primas e materiais	-	(93)
Serviços de terceiros	(985)	(731)
Depreciações e amortizações	(7.880)	(7.167)
Despesas tributárias	(55)	(114)
Uso e consumo	(373)	(47)
Créditos de Pis e Cofins sobre custos	150	-
Outras despesas e receitas	114	(7)
	(9.029)	(8.159)
Custo dos serviços prestados	(7.116)	(5.754)
Despesas gerais, administrativas e vendas	(517)	(872)
Outras despesas (CPC 47)	(1.396)	(1.533)
	(9.029)	(8.159)

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



15 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.197	6.357
	5.197	6.357
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2)	(3)
Juros, multas e descontos	(29.356)	(28.028)
	(29.358)	(28.031)
	(24.161)	(21.674)

16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade adotou o regime de tributação com base no lucro real e presumido, respectivamente, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.686	7.106
Imposto de renda e contribuição social - alíquota 34%	(1.253)	(2.416)
Efeito das diferenças temporárias	1.253	(1.758)
	-	(4.174)
Alíquota efetiva	0%	58,7%

16.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.941	-
Outras	(5.255)	-
Total	3.686	-
34%	1.253	-
(-) Tributos diferidos ativos não reconhecidos	(1.253)	-

17 PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal dos seus negócios, está sujeita a riscos processuais, sobre os quais a Diretoria, apoiada por seus assessores jurídicos, avalia anualmente e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não detinha nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível.

18 GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	Nota	Controladora	
		2025	2024
		Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.055	1.621
Títulos e valores mobiliários	5	36.026	36.783
Partes relacionadas	6	4.681	4.869

Passivos financeiros

Custo amortizado

Fornecedores		69	435
Empréstimos e financiamentos	11	165.514	167.350
Partes relacionadas	6	27.923	46.449

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
		Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.055	1.621
Títulos e valores mobiliários	5	9.450	12.085
Partes relacionadas	6	4.681	4.869

Passivos financeiros

Custo amortizado

Fornecedores		69	435
Empréstimos e financiamentos	11	138.938	142.652
Partes relacionadas	6	27.923	46.449

a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento firmado, de natureza financeira ou operacional, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

Os prazos de liquidação dos saldos são definidos no âmbito do grupo econômico, não havendo, portanto, caracterização de vencimento nos termos usuais de mercado.

A Administração avalia que não há expectativa de inadimplência relevante, considerando a natureza das contrapartes, o histórico de liquidação, a capacidade financeira do grupo e a continuidade operacional dos empreendimentos aos quais a Companhia está vinculada.

Adicionalmente, a Administração entende que os fluxos de recebimento são compatíveis com as necessidades de caixa da Companhia, sendo monitorados de forma contínua no âmbito do grupo econômico.

As condições comerciais, incluindo limites e prazos de recebimento, são definidas e monitoradas no nível da controladora, considerando a exposição global do grupo às respectivas contrapartes.

Em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Administração avaliou a necessidade de reconhecimento de perdas

de crédito esperadas sobre os saldos a receber e concluiu que não há indícios de perda relevante até a data-base das demonstrações contábeis.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço de equipamentos de fazenda solar, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar sua liquidez. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Em 31 de dezembro de 2025	Nota	Valor Contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
---------------------------	------	----------------	------------------	------------------	--------------------	-------------------	-----------------	-------

Passivos

Fornecedores		69	69	69				69
Empréstimos e financiamentos	11	165.514	336.679	8.269	28.386	152.227	147.797	336.679
Partes relacionadas	6	27.923	27.923	-	27.923	-	-	27.923
Passivo de arrendamento	9	6.930	34.517	336	1.008	6.721	26.452	34.517

Em 31 de dezembro de 2024	Nota	Valor Contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
---------------------------	------	----------------	------------------	------------------	--------------------	-------------------	-----------------	-------

Passivos

Fornecedores		435	435	435	-	-	-	435
Empréstimos e financiamentos	11	167.350	368.025	8.950	26.617	140.771	191.687	368.025
Partes relacionadas	6	46.449	46.449	2.718	29.898	13.833	-	46.449
Passivo de arrendamento	9	6.721	37.408	350	1.051	7.007	29.000	37.408

e) Risco regulatório

A Companhia está sujeita às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota (Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023 e lei 14.300/2022). As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Companhia são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

f) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A Companhia efetuou análises de sensibilidade, elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento indexados ao CDI e IPCA. Os financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise, utilizando como cenários base os índices divulgados por meio de relatório do Banco Central do Brasil ou taxas divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, ambas contemplando última disponibilidade de dezembro de 2025.

Janaúba II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



Operação	Risco	Cenário provável	Alta 35%	Alta 20%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 20%	Queda 35%
Exposição a índices variáveis								
<u>Ativo</u>								
Aplicações Financeiras	Alta/queda CDI	368	496	441	404	331	294	239
Títulos e valores mobiliários	Alta/queda IPCA	1.459	1.970	1.751	1.605	1.313	1.167	948
<u>Passivo</u>								
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda IPCA	6.703	9.049	8.044	7.374	6.033	5.363	4.357
Passivos de arrendamentos	Alta/queda IPCA	281	379	337	309	253	225	182

19 COBERTURA DE SEGUROS

Os ativos imobilizados da Companhia estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os contratos de seguro têm vigência de um ano e são renovados anualmente.

Descrição	Limite máximo de indenização (*)	Início da vigência	Término da vigência
Responsabilidade Civil – Obras Civis	75.000	31/03/2025	31/03/2026
Danos Materiais Proprietário da Obra	75.000	31/03/2025	31/03/2026
RC Cruzada	75.000	31/03/2025	31/03/2026
Poluição Subita	75.000	31/03/2025	31/03/2026
Empregador	75.000	31/03/2025	31/03/2026
RC – Operações	75.000	31/03/2025	31/03/2026
Guarda de Veículos de Terceiros	75.000	31/03/2025	31/03/2026
Riscos operacionais	278.440	30/03/2025	30/03/2026
Danos Materiais	188.440	30/03/2025	30/03/2026
Lucros Cessantes	90.000	30/03/2025	30/03/2026

(*) Informação não auditada

20 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a companhia realizou operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Em 31 de dezembro de 2025, não foram capitalizados juros de empréstimos aos ativos em construção, (R\$ 1.664 em 31 de dezembro de 2024).
- Em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$230 de direito de uso e juros sobre arrendamento aos ativos em construção, (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2024).
- Cisão parcial realizada em 29 de novembro de 2025, com transferência de ativos no montante de R\$ 39.702 e passivos de R\$ 30.694 para sociedade do Grupo, resultando em acervo líquido de R\$ 9.008, conforme laudo de avaliação.